

PROJETOS DE LEI DE INTERESSE DO SETOR DE FLORESTAS PLANTADAS EM TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL

Data: 26/4/2010

PROJETO LEI	EMENTA	ANDAMENTO	POSIÇÃO
PL nº 203/91/PLS nº 354/1989 Apense-se ao PL nº 4532/08	Dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde.	9/4/10 – CCJ, matéria com o relator Sen. Cesar Borges (PR/BA)	Favorável com aperfeiçoamento.
PL nº 4302/98 Autor: Poder Executivo	Dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de trabalho temporário e na empresa de prestação de serviço de terceiros, e dá outras providências. Nova Ementa do Substitutivo: Altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 03 de janeiro de 1974.	13/11/08 – CCJC, designado relator Dep. Colbert Martins (PMDB/BA)	Este projeto de lei atende somente prestação de serviços terceirizados urbanos. Portanto, a atividade de silvicultura realizada na área rural não pode de beneficiar das premissas de terceirizar suas atividades operacionais.
PL nº. 1616/99 Autor: Poder Executivo Apensado PLn's1693/99, 4296/01, 4946/01, 6222/02, 603/03, 1015/03, 1181/03, 2364/03, 2398/03, 2750/03,	Dispõe sobre a gestão administrativa e a organização administrativa institucional do Sistema Nacional de recursos Hídricos previsto no inciso XIX do art.21 da Constituição, e criado pela Lei nº 9.433, de 8/01/97 e dá outras providências.	10/3/08 – MD, ato da presidência cria Comissão Especial	
PL nº. 1876/99 Autor: Dep. Sergio Carvalho Apense-se PI nº 4524/04, PL nº 4091/08, PL nº 4395/08, PL nº 4619/09, PL nº 5226/09, PL nº 5367/09, PL nº 5898/09, PL nº 6238/09, PL nº 6313/09	Dispõe sobre Áreas de preservação Permanente, Reserva Legal, exploração florestal e dá outras providências.	26/11/09 – Comissão Especial destinada a proferir parecer	Favorável com aperfeiçoamento
PL nº 3.057/2000 Autor: Dep. Bispo Wandervall Apensado PL nº 20/07	Inclui §2º no art. 41, da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, numerando-se como parágrafo 1º o atual parágrafo único. Estabelecendo que para o registro de loteamento suburbano de pequeno valor, implantado irregularmente até 31 de dezembro de 1999 e regularizado por Lei Municipal, não há necessidade de aprovação da documentação, por outro órgão	5/3/08 – Mesa Diretora, desapensação automática do PL 5499/01, PL 6220/02, PL 550/03, PL 754/03, PL 1001/03, PL 289/07, PL 449/07 e PL 455/07, apensados, em função do arquivamento dos mesmos, nos termos do § 4º do artigo 58 do RICD.	Favorável com aperfeiçoamento.
PLP nº. 12/03 / PLC nº 1/2010 Autor: Dep. Sarney Filho	Fixa normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no que se refere a competências comuns previstas nos incisos VI e VII do art. 23 da Constituição Federal.	14/4/10 – CCJ, Sem. Kátia Abreu, voto favorável ao projeto vindo da CD.	Favorável com aperfeiçoamento
PLP nº. 8/03 Autor: Dep. Maurício Rands	Define o justo motivo objetivo autorizativo e o justo motivo subjetivo autorizativo para despedida do empregado, sendo o primeiro por dificuldade econ	14/10/09 – CCJC, designado relator Dep. Marcelo Ortiz (PV/SP).	O texto normativo deste PL conflita com as responsabilidades do IBAMA
PL nº. 545/03 Autor: Dep. Mendes Thame	Cria os Comitês Florestais	14/10/09 – CCJC, designado relator Dep. Marcelo Ortiz (PV/SP).	O texto normativo deste PL conflita com as responsabilidades do IBAMA
PL nº 623/03 Autor: Dep. Maurício Quintella Lessa (PSB/AL) Apensados PL nº 1434/03 e PL nº 6120/09	Acréscita art. à Lei nº 10.636, de 30 de dezembro, de 2002, que dispõe sobre a aplicação dos recursos originários da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - Cide.	11/3/10 – CMADS, prazo para apresentação de emendas.	
PL nº1254/03 Autor: Dep. Cesar Medeiros Apensado PL nº. 1834/03	Dispõe sobre auditorias ambientais e contabilidade dos passivos e ativos ambientais	13/08/08 – CMADS, designado relator Dep. Nilson Pinto	Este PL tramitou primeiramente pela CDEIC onde foi rejeitado, e retornou para CMADS, onde o relator ainda não se pronunciou.
PL nº 1.339/03 Autor: Dep. Fábio Souto	Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, prevendo aplicação de recursos na recuperação das áreas de preservação permanente que específica.	9/12/09 – CCJC, relator Dep. Osmar Serraglio(PMDB/PR) apresentou substitutivo.	Esta proposição visa que 10% dos recursos destinados às despesas, sejam aplicados em reflorestamentos para recomposição de APP's degradadas
PL nº. 1434/03 Autor: Dep. Renato Cozzolino Apensado ao PL nº 623/03	Dispõe sobre a criação do Fundo Nacional de Prevenção de Desastre Ambiental e dá outras providências.	Apensado ao PL nº 623/03	Esta proposição é inconstitucional ao estabelecer a criação de um fundo, sem que esteja previsto recursos no PPA.
PL nº. 1546/03 Autor: Dep. Ricardo Izar Apense-se o PL nº. 3.842/04	Institui o Fundo Nacional de Apoio às Florestas Plantada e dá outras providências	11/12/08 – CFT, designado relator Dep. Vignatti (PT/SC)	Esta proposição apesar dos vícios de inconstitucionalidade foi aprovada na CMADS, pelo esforço concentrado da FPS. Esta sendo discutida na CAPADR, cujo relator é o Dep. Odacir Zonta. Sera aprovado!
PL nº 3.729/04 Autor: Dep. Luciano Zica Apense-se a este PL nº3957/04, 5435/05, 5576/05, PL nº1147/07, PL nº 2029/07	Dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal e dá outras providências.	16/12/09 – CMADS, parecer do relator Dep. André de Paula, pela aprovação deste e dos PLs nºs 3957/04, 5435/05, 1147/07 e pela rejeição dos PLs nºs 5576/05, e do 2029/07, substitutivo.	Este PL e os demais apensados tratam do licenciamento. Exigência da CFB para atividades que ocasionam significativo impacto ao meio ambiente. Se passamos dois anos, e o PL ainda não iniciou a sua tramitação.!
PL nº. 3.842/04 Autor: Dep. José Santana de Vasconcelos Apensado ao PL nº 1546/03	Determina que o cultivo de florestas plantadas seja enquadrado como atividades agrícolas revogam dispositivos, determina enquadramento dessas florestas como nativas passam tal cultivo à competência do Ministério da Agricultura e dá outras providências.	Apensado ao PL nº 1546/03	Favorável
PL nº. 3.877/04 Autor: Senado Federal Apense-se a este PL nº.4259/04, PLnº3841/04, PLnº2312/03,PLnº644/2007,PLnº611/07,PLnº3982/2004/PLnº 1880/07, PL nº 2118/07	Dispõe sobre o registro, fiscalização e controle das ONG's e dá outras providências.	2/08/07 – CSSF, designado relator Dep. Eduardo Barbosa (PSDB-MG)	FPS – O Setor Florestal tem interesse pela aprovação deste PL.

PROJETO LEI	EMENTA	ANDAMENTO	POSIÇÃO
PL nº. 3.955/04 Autor: Dep. José Santa de Vasconcelos	<i>Concede benefícios fiscais, no imposto de renda e no imposto sobre produtos industrializados, à empresa que instalar equipamentos antipoluentes.</i>	29/4/09 – CFT, devolvido ao relator, Dep. Guilherme Campos (DEM/SP)	As empresas industriais e agroindustriais poderão deduzir em dobro os custos realizados com aquisição e instalação de equipamentos destinados a evitar a poluição ambiental. O autor é membro da FPS e está recebendo apoio dos demais.
PL nº. 3.957/04 Autor: Dep. Ann Pontes Apensado ao PL nº 3729/04	<i>Dispõe sobre licenciamento ambiental e dá outras providências.</i>	Apensado ao PL nº 3729/04	Esta proposição esta apensada ao PL nº 3729/04 que trata do mesmo assunto.
PL nº. 4.330/04 Autor: Dep. Sandro Mabel Apensada ao PL nº 5439/2005	<i>Dispõe sobre o contrato de prestação de serviço a terceiros e as relações de trabalho dele decorrente e dá outras providências</i>	27/8/09 – CTASP, designado relator, Dep. Eudes Xavier (PT/CE).	O assunto que trata este PL é importantíssimo para a atividade de florestas plantadas, pois se trata da legalidade do serviço terceirizado. O Setor apresentou emendas e aguarda o seu desenrolar pelas comissões.
PL nº 4.524/04 Autor: Dep. Enio Bacci Apensado ao PL nº 1876/99, PL nº 1348/07	<i>Alteração Código Florestal com preferencial a reposição mínima de 50% com espécies florestais nativas e dá outras providências.</i>	Apensado ao PL nº 1876/99	Esta proposição cria a obrigatoriedade de reposição florestal, fica subentendido até para vegetação sucessora?
PL nº 5.398/05 Autor: Dep. José Sarney Fº Apense-se ao PL nº 2795/03	<i>Estabelece medidas relativas à atividade de exploração de florestas e demais formas de vegetação na Amazônia legal.</i>	Apensado ao PL nº 2795/03	O PL trata exclusivamente sobre a atividade de exploração de floresta nativa na Amazônia.
PL nº 5.435/05 Autor: Dep. Ivo José Apense-se ao PL nº 3729/04	<i>Altera a Lei nº 6.938, de 1981, para ampliar a proteção ao meio ambiente e dar celeridade ao processo de recuperação ambiental. – Exigindo no âmbito do processo ambiental, a apresentação de plano, riscos, meio ambiente, garantia real, hipoteca penhor, anticrese, recuperação de danos ambientais.</i>	Apensado ao PL nº 3729/04	O PL foi apensado ao PL nº 3729/04 que trata do licenciamento ambiental
PL nº 5.439/05 Autor: Dep. Ann Pontes Apense-se ao PL nº 4330/04	<i>Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis de Trabalho – CLT, proibindo a contratação de mão de obra por empresa interposta.</i>	Apensado ao PL nº 4330/04	O PL veda a contratação de trabalhador por empresa interposta, formando-se vínculo empregatício diretamente com o tomador dos serviços. Esta na contra mão dos interesses do Setor.
PL nº 5.477/05 Autor: Dep. Abelardo Lupion	<i>Estabelecendo a obrigatoriedade de Lei Federal específica para criação de Unidades de Conservação e a respectiva dotação orçamentária.</i>	11/2/08 – MD, encerramento automático do prazo de recurso. Foi apresentado um recurso	Este PL foi proposto pelos silvicultores e agricultores do sul do país, frente a criação de unidades de conservação em terras privadas sem as devidas indenizações.
PL nº. 5.576/05 Autor: Dep. Jorge Pinheiro Apensado ao PL nº 3729/2004	<i>Dispõe sobre prazos de licenciamento ambiental, de acordo com o porte e o potencial poluidor do empreendimento ou atividade produtiva.</i>	Apensado ao PL nº 3729/04	O PL esta apensado ao PL nº. 3729/04 que trata do licenciamento ambiental.
PL nº 5.876/05 Autor: Dep. Luciano Castro	<i>Dispõe sobre a Cota de Reserva Florestal – CRF, alterando a Lei nº 9.605/98</i>	18/03/09 – CFT, designado relator Dep. Pepe Vargas (PT/RS)	O PL dispõe da emissão da Cota de Reserva Florestal prevista no art 44-B do Código Florestal, que se trata de uma alternativa que o proprietário florestal tem para se adequar à legislação vigente no que concerne a reserva legal.
PL nº 5.974/05 Autor: Sen. Waldeck Ornelas	<i>Dispõe sobre incentivos fiscais para projetos ambientais</i>	20/5/08 – Plenário CD, matéria não apreciada por acordo dos Srs. Lide-res.	Este projeto prevê a dedução de até 80% do IR devido para serem doados a entidades s/fins lucrativos que apliquem em projetos de proteção ambiental.
PLS nº. 213/03 Autor: Sen. Paulo Paim Transforma-se na CD em: PL nº. 6264/05	<i>Institui o Estatuto da Igualdade Racial, estabelecendo critérios para o combate à discriminação racial de afro-brasileiros.</i>	4/11/09 – Subsecretária de Expediente do Senado Federal – PLEG, a pedido.	O projeto no seu Cap. VIº do direito dos remanescentes das comunidades dos quilombos as suas terras dos art.39 à 60 prevêem várias situações que devem ser analisadas pelas empresas, onde haja algum precedente desta ordem.
PLS nº. 110/05 Autor: Sen. Flexa Ribeiro. Transformou-se em: PL nº. 6424/05 Apensado ao PL nº nº 6.840/06, PL nº 1207/07	<i>Altera a Lei nº. 4.771/65, para permitir a reposição florestal e a recomposição das reservas legais mediante o plantio de palmeças em áreas alteradas.</i>	19/11/09- CMADS, parecer do relator Dep. Marcos Montes (DEM/MG) pela aprovação deste e do apensado PL nº 6840/06 com substitutivo.	A proposição prevê a recomposição da reserva legal, fora da microbacia e com plantio de palmáceas.
PL nº. 6.840/06 Autor: Dep. Thomaz Nonô Apense-se o PL nº. 6.424/05=PLS nº110/05	<i>Estabelece competência do órgão ambiental para fixar os critérios de compensação da reserva legal em outra bacia hidrográfica.</i>	Apensado ao PL nº 6424/05	O PL é interessante, pois permite na conversão da RL possa ocorrer em outra bacia hidrográfica. O Setor apoio este PL.
PLP nº. 388/07 Autor: Executivo Apensado ao PLP nº. 12/2003	<i>Fixa normas para cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção ao meio ambiente, ao combate a poluição e a preservação da floresta, da fauna e da flora, prevista no art. 23, incisos III, VI e VII, da Constituição.</i>	Apensado do PLP nº 12/2003	Este PLP faz parte do PAC, para melhorar o tramite de processos de licenciamento ambiental para os empreendimentos de infraestrutura..
PL nº 20/07 Autor: Dep. Fernando Chucre Apensação ao PL nº 449/07, PL nº 3057/2000	<i>Dispõe sobre parcelamento do solo para fins urbanos e sobre a regularização fundiária sustentável de áreas urbanas, e dá outras providências.</i>	Apensado ao PL nº 3057/00	FPS esta acompanhando a tramitação deste projeto.
PL nº 31/07 Autor: Dep. Zezéu Ribeiro Apensado ao PL nº 20/07	<i>Dispõe sobre parcelamento do solo para fins urbanos e sobre regularização fundiária sustentável de áreas urbanas, e dá outras providências.</i>	Apensado ao PL nº 3057/00	FPS esta acompanhando a tramitação deste projeto.

PROJETO LEI	EMENTA	ANDAMENTO	POSIÇÃO
PL nº 80/07 Autor: Dep. Mendes Thame Apense-se PL nº 1795/07, PL nº 3057/08, PL nº 3639/08 e PL nº 4757/09	Substitui a pena de detenção pela pena de reclusão para crimes contra a flora e a fauna, e de poluição por extração de minerais.	14/10/09 – CCJC, retirado de pauta e devolvido ao relator, Dep. Sarney Fº, para exame da matéria.	A proposição prevê a severidade da pena com reclusão (cadeia) para crimes ambientais.
PL nº 261/07 Autor: Dep. Mendes Thame Apense-se a este o PL nº 354/07	Dispõe sobre a Política Nacional de Mudanças Climáticas.	15/7/09 – CFT, retirado de pauta por acordo dos Líderes.	
PL nº 266/07 Autor: Dep. Rogério Lisboa Apense-se a este PL nº 453/07 PL nº 701/07, PL nº 6519/09	Altera a Lei nº 9.985, de 2000, que regulamenta o art.225, §1º, incisos I, II, III e VII da CF, institui o SNUC, no que se refere à compensação por significativo impacto ambiental. – Fixa em 0,5% o limite máximo para a compensação financeira por significativo impacto ambiental.	8/7/08 – Designado relator, Dep. Jorge Khoury (DEM/BA).	O PL estabelece o percentual único de 0,5% como o montante de recursos a ser pago pelo empreendedor como forma de compensação ambiental.
PL nº 324/07 Autor: Dep. Augusto Carvalho	Institui o Programa Nacional de Qualidade Ambiental e dá outras providências e, a licitação sustentável, para aquisição de madeira, seus subprodutos, ou mobiliário proveniente de produção sustentável.	14/4/10 – CFT, retirado de pauta de ofício.	A proposta faz parte do Programa Cidade Amiga da Amazônia no sentido de regulamentar a licitação para aquisição de madeira, seus subprodutos, ou mobiliário proveniente de produção sustentável nas compras feitas pelo Poder Público federal.
PL nº 354/07 Autor: Dep. Rita Camata Apensado ao PL nº 261/07	Institui a Política Brasileira de Atenuação do Aquecimento Global e dá outras providências.	Apensado ao PL nº 261/07	O PL dispõe da emissão da Cota de Reserva Florestal prevista no art. 44-B do Código Florestal, que se trata de uma alternativa que o proprietário florestal tem para se adequar à legislação vigente no que concerne a reserva legal.
PL nº 453/07 Dep. Ciro Pedrosa Apensado ao PL nº 266/07	Altera a Lei do SNUC, no que se refere à compensação por significativo impacto ambiental; fixa critérios para a aplicação dos recursos	Apensado ao PL nº 266/07	Esta proposição estabelece que a competência de instituir o percentual da compensação ambiental e sua aplicação é do órgão ambiental estadual.
PL nº 493/07 Autor: Dep. Eduardo Gomes Apensado, PL nº 494/07, PL nº 594/07	Dispõe sobre a organização e regulação do mercado de carbono na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro através da geração de Redução Certificada de Emissão – RCE em projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL	6/6/08 – CFT, prazo de emendas ao projeto – 5 sessões ordinárias a partir de 09/06/08.	Favorável
PL nº 494/07 Autor: Dep. Eduardo Gomes Apensado PL nº 1657/07	Dispõe sobre incentivos fiscais a serem concedidos às pessoas físicas e jurídicas que invistam em projetos de MDL que gerem Redução Certificadas de Emissões – RCs, autoriza a constituição de Fundos de investimentos em Projetos de MDL e dá outras providências.	24/10/07 – Mesa Diretora Apense-se ao PL nº 493/07	Este PL tem como escopo a instituição de incentivos fiscais, no âmbito do IR, da Contribuição Social sobre o lucro, da contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, para as pessoas físicas e jurídicas que investirem em MDL que gerem Reduções Certificadas de Emissões.
PL nº 562/07 Autor: Dep. Otavio Leite	Estabelece que os recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente destinados aos fundos ambientais ou sócio-ambientais instituído pelos Estados, Pelo Distrito Federal ou por Municípios, serão exclusivamente aplicados em combate à poluição, recuperação e desenvolvimento ambiental.	1/4/09 – CMADS, designado relator Dep. Moacir Micheletto (PMDB/PR)	A proposição prevê que os recursos do FNMA destinados aos fundos ambientais ou sócios ambientais dos Estados, Distrito Federal e Municípios, sejam exclusivamente aplicados em combate à poluição.
PL nº 567/07 Autor: Dep. Fernando de Fabinho	Determina ao Poder Público Federal que promova a preservação das nascentes e matas ciliares.	9/10/08 – CCJC, parecer do relator Dep. Marcelo Ortiz, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, nos termos do substitutivo da CMADS.	Esta proposição declara que o Poder Público Federal, Estadual, do Distrito Federal e dos Municípios cabe promover a proteção das áreas de preservação permanente.
PL nº 648/07 Autor: Dep. Rodrigo Rollemberg	Altera o art. 16 da Lei nº 4771/65, fixa os percentuais de restrição para exploração de propriedades rurais em florestas e cerrados da Amazônia Legal, em florestas nativas e campos gerais em qualquer região do País.	1/04/09 – CMADS, designado relator Dep. Marcos Montes (DEM/MG)	Acompanhar.
PL nº 679/07 Autor: Dep. Bonifácio Andradá	Consolida a Legislação Ambiental Brasileira	17/11/09 – CCJC, aprovado requerimento do Sr. Bonifácio de Andrade que requer, na forma regimental, ouvido o plenário, a criação de uma subcomissão para estudar a matéria	Acompanhar
PL nº 701/07 Autor: Dep. Sandes Junior Apensado ao PL nº 266/07	Altera da Lei do SNUC, fixando o limite de 5% dos custos de implantação do empreendimento, para atendimento à compensação ambiental.	Apensado ao PL nº 266/07	Este PL estabelece a regulamentação do art. 36 da Lei 9.985/00, instituindo 5% como percentual máximo para compensação dos impactos ambientais pela instalação de empreendimentos
PL nº 792/07 Autor: Dep. Anselmo de Jesus Apensados PL nº 1190/07, PL nº 1667/07, PL nº 1920/07, PL nº 5487/09	Dispõe sobre serviços ambientais e dá outras providências. Define serviços ambientais e prevê transferências de recursos, monetários ou não, aos que ajudam a produzir ou conservar estes serviços.	16/4/10 – CAPADR, devolvido ao relator Dep. Fábio Souto (DEM/BA)	Favorável com restrições
PL nº 1.105/07 Autor: Dep. Alexandre Silveira Apensada ao PL nº 1431/07	Regulamenta a Profissão Técnica de Meio Ambiente	7/10/09 – CTASP, designado relator Dep. Pedro Henry (PP/MT).	Contrária
PL nº 1.129/07 Autor: Dep. Rogério Lisboa	Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, de forma a garantir que somente empresas e consultores certificados pelo IBAMA possam elaborar estudos e relatórios de impacto ambiental para fins de Licenciamento.	5/8/09 – CMADS, retirado de pauta pelo Relator.	Esta proposição determina que somente consultores e empresas certificadas pelo IBAMA poderão elaborar estudos e relatórios de impacto ambiental para fins de licenciamento.

PROJETO LEI	EMENTA	ANDAMENTO	POSIÇÃO
PL nº 1.147/07 Autor: Dep. Chico Alencar Apensado ao PL nº 3729/04	<i>Determina obrigatoriedade, para o licenciamento de obra ou atividade utilizadora de recursos ambientais efetiva ou potencialmente poluidoras e empreendimentos capazes de causar degradação ambiental, da realização do balanço de emissões (assimilação e liberação) de gases do efeito – estufa.</i>	18/6/09 – CMADS, recebimento pela CMADS.	Acompanhar
PL nº 1.207/07 Autor: Dep. Wandenkolk Gonçalves Apensada ao PL nº 6424/05	<i>Altera e acresce dispositivos à Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e dá outras providências – Reduz para 50% o percentual destinado à reserva legal da propriedade rural localizada na Amazônia legal, definindo critérios para a recomposição e compensação das áreas de reserva legal degradadas, mediante plantio de espécies arbóreas perenes, nativas ou exóticas.</i>	Apensado ao PL nº 6424/05	Favorável com aperfeiçoamento.
PL nº 1301/07 Autor: Dep. Valdir Colatto	<i>Dispõe sobre o uso e a conservação do solo e da água no meio rural.</i>	15/10/08 – CMADS, devolvido ao relator, Dep. Edson Duarte, para alterar o parecer	Favorável com aperfeiçoamento
PL nº 1621/07 Autor: Dep. Vicentinho	<i>Dispõe sobre as relações de trabalho em atos de terceirização e na prestação de serviços a terceiros no setor privado e nas sociedades de economia mista</i>	10/3/10 – CDEIC, designado relator Dep. Miguel Corrêa (PT/MG)	Esta proposição é adversária do PL nº 4302/98 e do PL nº 4330/04, ou seja veda a terceirização.
PL nº 1657/07 Autor: Dep. Zequinha Marinho Apensado ao PL nº 494/07	<i>Dispõe sobre os incentivos fiscais a serem concedidos às pessoas físicas e jurídicas que invistam em projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL que gerem Reduções Certificadas de Emissões</i>	Apensado ao PL nº 494/07	Favorável
PL nº 1862/07 Autor: Dep. Jurandy Loureiro Apensem-se PL nº 5199/09, PL nº 5305/09	<i>Dispõe sobre a etiquetagem de produtos nacionais ou estrangeiros, alertando o consumidor sobre o grau de impacto ambiental.</i>	18/3/10 – CMADS, designado relator Dep. Mario de Oliveira (PSC/MG)	Contrários
PL nº 1991/07 Autor: Poder Executivo Apensado ao PL nº 203/91	<i>Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e dá outras providências.</i>	Apensado ao PL nº 203/91	Favorável com aperfeiçoamento
PL nº 1999/07 Autor: Dep. Angelo Vanhoni Apensado ao PL nº 1190/07	<i>Institui o Programa Nacional de Recompensa Ambiental e dá outras providências.</i>	Apensado ao PL nº 1190/07	Acompanhar
PL nº 2027/07 Autor: Dep. Mendes Thame	<i>Dispõe sobre os créditos de carbono e os certificados de redução de emissões e a titularidade exclusiva deles em empreendimentos para geração de energia elétrica a partir de fontes alternativas.</i>	28/5/08 – CME, designado relator Dep. Alexandre Santos (PMDB/RJ)	Favorável com aperfeiçoamento
PL nº 2029/07 Autor: Dep. Betinho Rosado Apensado ao PL nº 3729/04	<i>Altera a Lei nº 6938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, dispondo sobre atribuições dos municípios</i>	Apensado ao PL nº 3729/04	Acompanhar
PL nº 2048/07 Autor: Dep. Marcelo Ortiz	<i>Dispõe sobre o zoneamento ecológico econômico - ZEE</i>	11/3/08 – Plenário, cria Comissão Especial.	Contrário
PL nº 2068/07 Autor: Dep. Eduardo da Fonte	<i>Dispõe que os limites da zona de amortecimento e dos corredores ecológicos deverão ser estabelecidos no ato de criação da unidade, e não posteriormente, limita a 100 metros quando já estejam estabelecidas atividades produtivas na área.</i>	12/8/09 – CCJC, designado relator, Dep. Marcelo Ortiz (PV/SP)	Favorável
PL nº 2100/07 Autor: Dep. Valdir Colatto Apensado ao PL nº 5477/05	<i>Disciplina a criação de Unidades de Conservação, nos termos estabelecidos pelo Art.225, da Constituição Federal; Exige que as UC's sejam criadas por lei, limitando em até 500 metros a zona de amortecimento.</i>	19/12/07 – Mesa Diretora, apresentação de recurso nº 143/07, pelo Dep. Valdir Colatto, contra a apreciação conclusiva da CMADS sobre os PL's nºs 5477/05 e 2100/07.	Favorável
PL nº 2153/07 Autor: Dep. Vander Loubet	<i>Institui a Certidão Negativa de Débito Ambiental – CNDA, altera a Lei nº 8.666/93</i>	5/11/09 – CFT, parecer do relator, Dep. Félix Mendonça, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa pública.	Contrários
PL nº 2161/07 Autor: Mendes Thame	<i>Dispõe sobre a “economia das florestas” instituindo o Programa de Apoio à Preservação de florestas.</i>	17/7/08 – CFT, designado relator Dep. Vignatti (PT/SC)	Favorável com aperfeiçoamento
PL nº 2243/07 Autor: Dep. Talmir	<i>Altera a Lei nº 9605/98, que dispõe sobre sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.</i>	10/3/10 – CCJC, designado relator Dep. Roberto Santiago (PV/SP)	Acompanhar
PL nº 2289/07 Autor: Dep. Beto Faro Apensados PL nº 2376/07, PL nº 3483/08	<i>Regulamenta o art. 190º da Constituição Federal, altera o art. 1º da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, e dá outras providências..</i>	18/3/10 – CREDN, devolvida sem manifestação.	Contrários
PL nº 2308/07 Autor: Dep. Eliene Lima	<i>Exige que o editor utilize pelo menos 30%(trinta por cento) de papel reciclado em suas publicações.</i>	8/12/09 – CCJC, designado relator Dep. Fernando Coruja (PPS/SC)	Acompanhar
PL nº 2316/07 Autor: Dep. Carlito Merss	<i>Dispõe sobre a política de incentivo ao incremento da agregação de valores aos produtos, subprodutos e serviços da floresta, bem como diversificação industrial, desenvolvimento tecnológico e utilização de empreendedores locais e de mão-de-obra regional.</i>	18/6/08 – CDEIC, designado relator Dep. Miguel Corrêa (PT/MG).	Favorável c/ restrições
PL nº 2340/07 Autor: Dep. Juvenil Alves	<i>Dispõe sobre a responsabilidade solidária das pessoas jurídicas exploradoras de atividade de comércio, reverenda, transporte ou empacotamento de carvão vegetal e demais atividades relacionadas à circulação de carvão vegetal no mercado nacional e dá outras providências.</i>	28/10/09 – CCJC, parecer do relator Dep. Emiliano José (PT/BA), pela injuridicidade e no mérito pela rejeição.	Acompanhar

PROJETO LEI	EMENTA	ANDAMENTO	POSIÇÃO
PL nº 2345/07 Autor: Dep. Juvenil Alves	Atribuem responsabilidade solidária pela reparação de danos materiais, morais, físicos de qualquer natureza, a todas as partes envolvidas no contrato de prestação de serviços, na forma que especifica.	2/9/09 – CCJC, parecer do relator Dep. Marcelo Ortiz (PV/SP), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, no mérito pela rejeição.	
PL nº 2376/07 Autor: Dep. Carlos Alberto Canuto Apensado ao PL nº 2.289/07	Proíbe a compra de terra por pessoa física ou jurídica estrangeira que se destine ao plantio de cultivares para a produção de agroenergia.	Apensado ao PL nº 2289/07	Contrários
PL nº 2441/07 Autor: Dep. Celso Maldaner Apensado a este o PL nº 2751/08 e PL nº 2995/08	Altera a Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica e dá outras providências.	7/04/09 – CMADS, designado relator Dep. Luiz Carreira (DEM/BA)	Favoráveis c/ restrições
PL nº 2534/07 Autor: Dep. Mendes Thame	Regula a constituição e o funcionamento das entidades certificadoras de manejo florestal.	14/4/10 – CDEIC, parecer do relator Dep. Antonio de Andrade, pela rejeição do projeto.	Favoráveis c/ restrições Os artigos 4º e 5º devem ser alterados e/ou excluídos.
PL nº 2659/07 Autor: Dep. Vital do Rêgo Filho Apensado ao PL nº 203/1991	Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, para responsabilizar o empreendimento ou atividade pelos resíduos sólidos gerados.	Apensado ao PL nº 203/91	
PL nº 2751/08 Autor: Dep. Celso Maldaner Apensado ao PL nº 2441/07	Altera o art. 25º da Lei nº 11.428/06; e acrescenta o § 2º, e dá outras providências. Nas áreas cobertas com vegetação secundária em estágio inicial de regeneração onde até 2006, havia atividade de pecuária e cultivo agrícola não há necessidade de autorização.	Apensado ao PL nº 2441/07	
PL nº 2915/08 Autor: Comissão Mista Mudanças Climáticas	Altera o art.36 da Lei nº 9985/00, que institui o SNUC, para estabelecer diferenciação nos percentuais para cálculo do montante de recursos que o empreendedor deve destinar à implantação e à manutenção de unidades de conservação, com base nos potenciais contribuições do empreendimento sobre as mudanças climáticas globais.	11/03/08 – MDCC submetida-se ao Plenário, proposição sujeita à apreciação do Plenário CD.	
PL nº 2916/08 Autor: Comissão Mista Mudanças Climáticas	Altera o art. 36 da Lei nº 9985/2000, estabelecendo que, nos projetos de geração de energia elétrica, o empreendedor deve indenizar os custos ambientais	12/03/08 - MDCC submetida-se ao Plenário, proposição sujeita à apreciação do Plenário CD.	
PL nº 2917/08 Autor: Comissão Mista Mudanças Climáticas	Altera o artigo 5º da Lei nº 9985/2000, que regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o SNUC e dá outras providências, para incluir impactos das mudanças climáticas entre as diretrizes para implementação do SNUC.	11/03/08 - MDCC submetida-se ao Plenário, proposição sujeita à apreciação do Plenário CD.	
PL nº 2995/08 Autor: Dep. Luciano Pizzatto	Altera a Lei nº 11.428/06, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação representativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências.	Apensado ao PL nº 2441/07	Acompanhar
PL nº 3003/08 Autor: Dep. Fernando Gabeira	Veda a utilização de carvão vegetal produzido como matéria prima oriunda de extrativismo, e dá outras providências.	10/3/10 – CCJC, designado relator Dep. Fábio Ramalho (PV/MG)	Favorável c/ aperfeiçoamento
PL nº 3012/08 Autor: Dep. Edigar Mão Branca	Altera dispositivos da Lei nº 9433/97, e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.	3/4/08 – CMADS, designado relator Dep. Paulo Teixeira (PT/SP)	Acompanhar
PL nº 3072/08 Autor: Dep. Juvenil Alves	Altera os limites da alíquota de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, para contribuintes de desenvolvam programa de responsabilidade ambiental e possuem Sistema de Gestão Ambiental – SGA.	30/3/10 – CFT, designado relator Dep. José Guimarães (PT/CE).	Favorável c/aperfeiçoamento
PL nº 3134/08 Autor: Dep. Moreira Mendes	Estabelece critérios para organização do Cadastro Estadual Georeferenciamento de Imóveis Rurais e a emissão de Certificados de Conservação Ambiental e Redução de Emissões.	23/3/09 – Mesa Diretora, cria comissão especial.	
PL nº 3168/08 Autor: Dep. Juvenil Alves	Veda a autorização, por qualquer órgão fiscalizador, de corte, no todo ou em parte, de matas renováveis que tenham substituído matas nativas, em percentuais excedentes aos da reserva legal.	11/11/09 – CMADS, designado relator, Dep. Marcos Montes (DEM/MG)	Contrários
PL nº 3225/08 Autor: Dep. João Dado	Altera e acresce dispositivos à Lei nº 4.771/65, e dá outras providências – Permite que seja feito o cômputo das áreas de Preservação Permanente no cálculo do percentual de reserva legal, desde que a APP esteja totalmente preservada ou recomposta, e não implique em conservação de novas áreas para uso alternativo do solo	29/5/08 – CAPADR, designado relator Dep. Abelardo Lupion (DEM/PR)	Favorável c/aperfeiçoamento
PL nº 3342/08 Autor: Dep. Homero Pereira	Altera, acresce e suprime dispositivos das Leis nºs 4.771/65 e 6.938/81, 9.393/96 e 11.428/06, unificando os institutos da servidão florestal e da servidão ambiental.	29/5/08 – CAPADR, designado relator Dep. Moacir Micheletto (PMDB/PR)	Favorável c/aperfeiçoamento
PL nº 3431/08 Autor: Dep. Flávio Berra	Altera a Lei nº 9605/98, estabelecendo a obrigação de dobro de espécimes vegetais ilegalmente removidas ou danificadas nos crimes e infrações administrativas ambientais que têm a flora como bem tutelada.	3/12/08 – CMADS, devolvido ao relator Dep. Leonardo Monteiro (PT/MG).	

PROJETO LEI	EMENTA	ANDAMENTO	POSIÇÃO
PL nº 3535/08 Autor: Poder Executivo Apensado ao PL nº 18/2007	<i>Institui a Política Nacional sobre Mudanças do Clima e dá outras providências.</i>	Apensado ao PL nº 18/2007	
PL nº 4006/08 Autor: Dep. Max Rosermann Apensado o PL nº 4519/08	<i>Altera a Lei nº 4.771/65, no que diz respeito a áreas de preservação permanente e reserva legal</i>	4/11/08 – CAPADR, encerrado o prazo de emendas. Foram apresentadas 4 emendas.	
PL nº 4062/08 Autor: Dep. Talmir	<i>Acredita dispositivo à Lei nº 4.771/65, para exigir a autorização do IBAMA para corte de árvores, e dá outras providências.</i>	1/9/09 – MD, retirado de pauta	
PL nº 4091/08 Autor: Dep. Mendes Thame Apensado ao PL nº 1876/99	<i>Altera a Lei nº 4.771/65, de forma a modificar os critérios para a recomposição de reserva legal e dá outras providências.</i>	Apensado ao PL nº 1876/99	
PL nº 4222/08 Autor: Dep. Carlos Bezerra Apensado ao PL nº 2843/08	<i>Torna obrigatória a informação do total de gases causadores do efeito estufa emitidos em todas as etapas de produção de artigos de consumo industrializados e comercializados no Brasil</i>	Apensado ao PL nº 2843/08	Contrários - rejeição
PDC nº 1347/08 Autor: Dep. Mendes Thame	<i>Determina a sustação do art. 55 do Decreto nº 6514/08, na redação que lhe dá o Decreto nº 6686/08</i>	10/9/09 – CMADS, designado relator Dep. Marcos Montes	
PL nº 4395/08 Autor: Dep. Rose de Freitas Apensado ao PL nº 1876/99	<i>Altera, Lei dos Crimes Ambientais, ampliação, aplicação, penalidade, crime contra a flora, área de preservação permanente, reserva legal, mata, floresta, vegetação, corte, transformação, carvão, espécie, extinção.</i>	Apensado ao PL nº 1876/99	
PL nº 4.433/08 Autor: Dep. Ernandes Amorim	<i>Altera a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e IV e dá outras providências.</i>	93/2/10 – CFT, prazo para emendas ao projeto (5 sessões ordinárias a partir de 04/02/10.	
PL nº 4.619/09 Autor: Dep. Mendes Thame Apensado ao PL nº 1.876/99	<i>Dispõe sobre a obrigatoriedade de recomposição de APP's, desprovidas total ou parcialmente de vegetação nativa na propriedades ou posses rurais e dá outras providências.</i>	Apensado ao PL nº 1.876/99	
PL nº 4.653/09 Autor: Dep. Talmir	<i>Altera a Lei nº 4771/65, prevendo sistema de registro dos desmatadores ilegais e medidas conexas.</i>	12/3/10 – CMADS, devolvida pedido de visto Dep. André de Paula e Dep. Leonardo Monteiro	
PL nº 4757/09 Autor: Dep. Talmir Apensado ao PL nº 80/07	<i>Altera a Lei nº 9605/98 que dispõe sobre sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.</i>	12/3/09 – Apensado ao PL nº 80/07	
PL nº 4762/09 Autor: Dep. Luciana Costa	<i>Altera dispositivo da Lei nº 9.433/97, que dispõe sobre a utilização de recursos hídricos, e dá outras providências.</i>	19/8/09 – CMADS, aprovado o parecer contra o voto do Dep. Leonardo Monteiro, apresentaram voto em separado Dep. Sarney Fº e Dep. Gervásio Silva (PSDB/SC)	
PL Nº 4798/09 Autor: Dep. Antonio Carlos Mendes Thame Apensado ao PL nº 630/03	<i>Institui o Código Brasileiro de Sustentabilidade Energética.</i>	7/4/09 – Mesa Diretora, apensado ao PL nº 630/03	
PL Nº 4820/09 Autor: Dep. João Hermann	<i>Altera a Lei nº 9985/98, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas de condutas e atividades ao meio ambiente, e dá outras providências.</i>	2/9/09 – CFT, designado relator Dep. Ilderlei Cordeiro (PPS/AC).	
PL nº 4855/09 Autor: Dep. Waldir Neves	<i>Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Pantanal, e dá outras providências</i>	23/3/09 – Mesa Diretora, constitua-se Comissão Especial.	
PL nº 5020/09 Autor: Dep. Anselmo de Jesus	<i>Altera e acresce dispositivos à Lei nº 4.771/65. Estabelece que a definição de pequena propriedade rural ou posse rural familiar deve ser utilizada pela Lei nº 11.326/06</i>	8/10/99 – Mesa Diretora da CD, em fase do deferimento do REQ 5606/2009.	
PL nº 5199/09 Autor: Dep. Jefferson Campos Apensado ao PL nº 1862/07	<i>Altera a Lei nº 8.078/90, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, de forma a incluir o dever de informação sobre o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração, penalidade, infrator.</i>	22/5/09 – Apense-se ao PL nº 1862/07.	
PL nº 5226/09 Autor: Dep. Leonardo Monteiro Apensado ao PL nº 1876/99	<i>Dispõe sobre a proteção das florestas e outras formas de vegetação, e dá outras providências.</i>	Apensado ao PL nº 1876/99	
PL nº 5362/09 Autor: Dep. Vital do Rêgo Filho	<i>Dispõe sobre a identificação obrigatória das espécies florestais convertidas em madeira em qualquer das fases de seu processamento, como condição para a fiscalização da atividade madeireira, desde a extração e o transporte da matéria prima até sua comercialização e a dos produtos dela resultante.</i>	18/3/10 – CMADS, designado relator Dep. Mendes Thame (PSDB/SP)	

PROJETO LEI	EMENTA	ANDAMENTO	POSIÇÃO
PL nº 5367/09 Autor: Dep. Valdir Colatto Apensado ao PL nº 1.876/99	<i>Institui o Código Ambiental Brasileiro, estabelece a Política Nacional de Meio Ambiente, definindo os bens que pretende proteger e criando instrumento para essa proteção, cria a Política geral de meio ambiente urbano, e dá outras providências.</i>	Apensado ao PL nº 1.876/1999	
PL nº 5487/09 Autor: Poder Executivo Apensado ao PL nº 792/07	<i>Institui a política Nacional dos Serviços Ambientais, estabelece formas de controle e financiamento desse Programa, e dá outras providências.</i>	Apensado ao PL nº 792/07	
PL nº 5528/09 Autor: Dep. Silas Câmara Apensado ao PL nº 792/07	<i>Dispõe sobre o Programa Bolsa Florestas.</i>	Apensado ao PL nº 792/07	
PL nº 5586/09 Autor: Dep. Lupércio Ramos	<i>Institui a Redução Certificada de Emissão do Desmatamento e da Degradação (RCEDD) e dá outras providências.</i>	12/11/09 – CMADS, designada relatora Dep. Rebecca Garcia	
PL nº 5687/09 Autor: Dep. João Dado	<i>Altera a Lei nº 6938/81, prevendo o prévio licenciamento ambiental da importação de substâncias e produtos químicos, e outras substâncias e produtos que comportem risco para a vida, a qualidade de vida ou ao meio ambiente, e dá outras providências.</i>	3/3/10 – CDEIC, designado relator Dep. Vicentinho Alves (PR/TO)	
PL nº 5722/09 Autor: Dep. Antonio Feijão	<i>Dá nova redação ao art. 7º da Lei nº 9985/00, que regulamenta o art. 225, §1º, inciso I,II,III e VI da CF, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.</i>	18/3/10 – CMADS, designado relator Dep. Marina Maggessi (PPS/RJ)	
PL nº 5823/09 Autor: Dep. Carlos Alberto Canuto Apensado ao PL nº 4006/08	<i>Altera dispositivos das Leis nºs 4.771/65 e 6938/81, no que dispõe sobre área de preservação permanente e servidão florestal</i>	Apensado ao PL nº 4006/2008	
PL nº 5871/09 Autor: Dep. Washington Luiz	<i>Altera o art. 12 da Lei nº 9393/96, autorizando o parcelamento do Imposto territorial Rural – ITR em até 06 (seis) cotas.</i>	17/9/09 – CAPADR, designado relator Dep. Valdir Colatto	
PL nº 5999/09 Autor: Dep. Rodrigo Rollemberg	<i>Torna obrigatório, a divulgação do Relatório Bial de Emissão de Gases Causadores do Efeito Estufa – REGE, por parte das empresas emissoras do setor público, e aqueles do setor privado não enquadradas na Lei nº 9841/99, e dá outras providências.</i>	27/10/09 – Plenário, declarado prejudicado em face da aprovação, em plenário, do substitutivo oferecido pelo Relator da Comissão Especial.	
PL nº 6018/09 Autor: Dep. José Santana de Vasconcelos	<i>Dispões sobre o penhor rural de madeira, produtos madeireiros e demais produtos da floresta plantada</i>	10/3/10 – CCJC, designado relator Dep. Nelson Trad (PMDB/RJ)	
PL nº 6227/09 Autor: CAPADR Apensado ao PL nº 1.876/99	<i>Institui o Código Ambiental Brasileiro, estabelece a Política Nacional de Meio Ambiente, define os bens que pretende proteger e criando instrumentos para essa proteção, cria a política para o meio ambiente urbano</i>	10/11/09 – Mesa Diretora da CD, retirado, em fase do deferimento do REQ 5791/2009	
PL nº 6237/09 Autor: Dep. Luiz Carlos Haully Apensado ao PL nº 5288/09	<i>Revoga o art. 6º da Lei nº 8629/93, e dá outras providências – Revoga a definição de propriedade produtiva pelo grau de utilização e eficiência na exploração da terra e estabelece que as terras desapropriadas para reforma agrária deverão cumprir a função social da propriedade.</i>	Apensado ao PL nº 5288/09	
PL nº 6238/09 Autor: Dep. Paulo Piau Apensado ao PL nº 1.876/99	<i>Institui a Lei Ambiental Rural Brasileira e revoga a Lei nº 4771/65</i>	Apensado ao PL nº 1.876/99	
PL nº 6313/09 Autor: Dep. Perpétua Almeida Apensado ao PL nº 1876/99	<i>Concede anistia por um período de 10 anos às multas, e demais acréscimos legais, previstas na legislação ambiental aos beneficiários que específica.</i>	Apensado ao PL nº 1876/99	
PL nº 6315/09 Autor: Dep. Manuela D'Ávila Apensado ao PL nº 449/2003	<i>Altera a Lei nº 6938/81, que dispõe sobre a política nacional de meio ambiente, para determinar a proibição de importação de bens usados e dá outras providências.</i>	12/11/09 Mesa Diretora, apense-se ao PL nº 449/03	
PL nº 6332/09 Autor: Dep. Wladimir Costa	<i>Dispõe sobre metas de redução de emissão de gases de efeito estufa dos setores industrial e de energia: de 17% ate 2010 e de 83% até 2050.</i>	10/3/10 – CMADS, designado relator Dep. Mendes Thame (PSDB/SP)	
PL nº 6403/09 Autor: Dep. Luiz Carlos Haully	<i>Dispõe sobre compensação da emissão de dióxido de carbono e dá outras providências.</i>	27/11/09 – CMADS, designado relator Dep. Antonio Feijão.	
PL nº 6420/09 Autor: Dep. Carlos Bezerra	<i>Altera o art. 46º da Lei nº 9605/98, suprimindo a referência a transporte.</i>	9/12/09 – CMADS, designado relator Dep. Marina Maggessi (PPS/RJ)	
PL nº 6480/09 Autor: Dep. Moreira Mendes	<i>Altera a Lei nº 8629/93, visando coibir a invasão de imóveis rurais e a disponibilização do cadastro da Reforma Agrária na Rede Mundial de Computadores Internet, altera o Decreto nº 2848/40, Código Penal, para equiparar ao crime de falsificação de documentos públicos, a falsificação do cadastro de áreas desapropriadas e de beneficiários da reforma agrária, e dá outras providências</i>	14/12/09 – CAPADR, designado relator Dep. Cezar Silvestri	
PL nº 6496/09 Autor: Dep. José Paulo Tóffano Apensado ao PL nº 2304/03	<i>Institui o programa “licitação verde” no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e dá outras providências.</i>	0/12/09 – Mesa Diretora apense-se ao PL nº 2304/2003	

PROJETO LEI	EMENTA	ANDAMENTO	POSIÇÃO
PL nº 6519/09 Autor: Dep. Carlos Brandão Apensado ao PL nº 266/2007	<i>Altera a Lei nº 9985/2000, estabelecendo que os recursos da compensação ambiental sejam aplicados integralmente no Estado onde for implantado o empreendimento de significativo impacto ambiental</i>	9/12/09 – Mesa Diretora, apense-se ao PL nº 266/2007	

PLS nº. 158/02 Autor: Sen. Álvaro Dias Apensados PLS nº 201/03, PLS nº 475/07	<i>Modifica a Lei nº. 4.771/65, onde a área de preservação permanente pode compor a área de reserva legal.</i>	25/2/10 – CCJ, distribuído para Sen. Kátia Abreu para emitir parecer	O Substitutivo aprovado na CRA desvirtuou o objeto inicial do projeto, e propõe simplesmente alteração nos incisos do art.16 do CF, que visa diminuir a RL na região amazônica.
PLS nº. 201/03 Autor: Sen. Gerson Camata Apensado ao PLS nº 158/02	<i>Altera a redação do art.18 da Lei nº. 4.771, de 15 de setembro de 1965, para, as propriedades rurais privadas, responsabilizar o proprietário pelo florestamento ou reflorestamento das áreas de preservação permanente.</i>	Apensado ao PLS nº 158/02	O PL esta pronto para ser votado na Comissão de Meio Ambiente. " A alteração proposta transfere o ônus de restabelecer as áreas de APP degradadas, ao proprietário" e não mais o Poder Público Federal". Na CRA foi aprovado Substitutivo que não altera o mérito.
PLS nº 48/04 Autor: Sen. Sergio Zambiasi	<i>Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, e a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para submeter ao órgão ambiental estadual a transformação do solo rural em urbano.</i>	4/6/08 – CMA, designada a Sen. Fátima Cleide, para relatar	Este PLS trata da conversão de solo rural em urbano, para isso a necessidade da autorização do órgão ambiental estadual.
PLS nº. 319/05 Autor: Sen. Papaléo Paes	<i>Altera a Lei nº. 9.605/98, que dispõe sobre sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências, para que os valores arrecadados em pagamento de multas por infração ambiental sejam integralmente revertido ao Fundo Nacional do Meio Ambiente.</i>	29/5/09 – CMA, designada para relatar Sen. Marina Silva (PT/AC).	O PLS tem por objetivo conduzir parte dos recursos arrecadados com multas sejam direcionadas para FNMA.
PLS nº 70/07 Autor: Sen. Inácio Arruda	<i>Institui a Política Nacional de Combate e Prevenção à Desertificação e de outras providências</i>	19/11/2007- Secretaria de Expediente, Situação: Remetido à Câmara dos Deputados Ofício SF nº 1696 de 19/11/07, ao Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados encaminhando o projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal (fls. 48 a 52).	Acompanhar
PL nº 5.222/05 Autor: Dep. Anselmo PLC nº 93/2007	<i>Acrescenta o inciso VIII ao art. 14 da lei nº 9.985, de junho de 2000 – Inclui no Grupo da UC, Reserva Legal, UC, desenvolvimento sustentável, garantia preservação.</i>	22/10/08 – CCJ, designada relatora Senª. Marina Silva.	Este PL cria uma nova modalidade de UC. É interessante para as propriedades localizadas na Amazônia.
PLS nº 131/07 Autor: Sen. Jonas Pinheiro Apensado ao PLS nº 304/07 e PLS nº 34/08, PLS nº 64/08 e PLS nº 78/08	<i>Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais e creditícios a pessoas físicas e jurídicas que promovam a reposição florestal, e dá outras providências.</i>	2/3/10 – CDR, distribuído para a Sen. Lúcia Vania, para emitir relatório.	Favorável
PLS nº 142/07 Autor: Sen. Renato Casagrande Apensado ao PLS nº 131/07	<i>Acrescenta inciso aos artigos 21, 22 e 38 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para estabelecer retribuição por serviços ambientais decorrentes de boas práticas rurais que resultem na maior disponibilidade de água em quantidade e qualidade nas bacias hidrográficas.</i>	Apensado ao PLS nº 131/07	Favorável c/perfeição
PLS nº 467/07 Autor: Senª Serys Shlessarenko Apensado aos PLS nºs 210/03, 75/04, 280/04, 323/04, 87/05 e 132/07	<i>Isenta de impostos de importação e sobre produtos industrializados os formos cilíndricos verticais destinados à produção de carvão vegetal</i>	Apensado ao PLS nº 210/03	Acompanhar
PLS nº 475/07 Autor: Sen. Neuto De Conto Apensado ao PLS nº 158/02	<i>Altera o art. 2º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, para dispor sobre área de preservação permanente em áreas urbanas</i>	8/12/09 – Secretária Geral da Mesa – Plenário aprovou apensamento ao PLS nº 158/02	Acompanhar
PLS nº 482/07 Autor: Sen. Raimundo Colombo	<i>Altera a Lei nº 8.629/93, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.</i>	23/6/09 – SGM remeteu para Câmara dos Deputados.	Favorável c/perfeição
PLS nº 523/07 Autor: Sen. Marcelo Crivella	<i>Dispõe sobre a Política Nacional de Sementes e Mudanças</i>	17/11/08 – CCT, matéria com a relatoria, Sen. Renato Casagrande.	Acompanhar
PLS nº 606/07 Autor: Sen. Valter Pereira	<i>Acresce inciso VIII ao caput do art. 5º da Lei nº 7797/89, que cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente, e dá outras providências</i>	15/4/10 – CMA, distribuído para Sen. Fátima Cleide para emitir relatório.	Acompanhar
PLS nº 32/08 Autor: Comissão Mista Especial – Mudanças Climáticas	<i>Altera o art. 10 da Lei nº 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.</i>	19/5/09 – CMA, matéria com a relatora Sen. Marina Silva (PT/AC).	Acompanhar
PLS nº 33/08 Autor: Comissão Mista Especial – Mudanças Climáticas	<i>Dispõe sobre a redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).</i>	24/3/10 – RQ nº 268/2010 do Sen. João Pedro, pelo adiamento da discussão	Acompanhar

PROJETO LEI	EMENTA	ANDAMENTO	POSIÇÃO
PLS nº 34/08 Autor: Comissão Mista Especial – Mudanças Climáticas Apensado ao PLS nº 131/07	<i>Dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.</i>	Apensado ao PLS nº 131/07	Favorável
PLS nº 64/08 Autor: Sen. Expedito Júnior Apensado ao PLS nº 131/07	<i>Altera a Lei nº 11.284/06, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, para conceder compensação financeira a produtores rurais da Amazônia legal pela manutenção de áreas cobertas por florestas</i>	Apensado ao PLS nº 131/07	Favorável c/aperfeiçoamento
PLS nº 78/08 Autor: Sen. Gilberto Goellner Apensado ao PLS nº 131/07	<i>Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais e creditícios a pessoas físicas e jurídicas que promovam a reposição florestal, e dá outras providências</i>	Apensado ao PLS nº 131/07	Favorável c/aperfeiçoamento
PLS nº 91/08 Autor: Sen. Gim Argello	<i>Altera a Lei nº 11.284/06, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, para destinar recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal para a implantação de Centros de Educação Ambiental.</i>	7/4/10 – CAE, devolvido pelo Sen. Arthur Virgílio (PSDB/AM), para redistribuição.	Acompanhar
PLS nº 203/08 Autora: Sen. Serys Slhessarenko	<i>Altera a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que "institui o novo Código Florestal", para tornar obrigatório o inventário florestal digital.</i>	23/4/10 – CCJ, incluída na pauta da reunião.	Favorável
PLS nº 223/08 Autor: Sen. João Pedro	<i>Altera o art. 10 da Lei nº 6.938/81, que dispõe a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências, para introduzir mudanças no licenciamento ambiental de empreendimentos que utilizam carvão mineral como combustível em seus processos industriais</i>	16/11/08 – CI, designado relator Sen. Sérgio Guerra (PSDB).	Acompanhar
PLS nº 247/08 Autor: Sen. Gerson Camata	<i>Altera a Lei nº 8666/93, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da CF, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para determinar a obrigatoriedade da comprovação de origem da madeira utilizada em obras e serviços financiados com recursos públicos e dá outras providências.</i>	26/11/09 – CCJ, designado relator Sen. Valter Pereira	Acompanhar
PLS nº 293/08 Autor: Sen. Gerson Camata	<i>Altera a Lei nº 9605/98, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas lesivas ao meio ambiente e dá outras providências, para incluir a exigência de selo de certificação florestal no transporte e na comercialização de madeira.</i>	3/11/09 – CCJ, pronta para pauta da comissão, relatório do relator Sen. Álvaro Dias pela aprovação.	Favorável
PLS nº 460/08 Autor: Sen. Arthur Virgílio	<i>Acréscita dispositivo à Lei nº 9.605/98, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências</i>	21/10/09 – CMA, designado relator Sen. Jefferson Praia.	Favorável
PLS nº 107/09 Autor: Sen. Raimundo Colombo Apensado ao PLS nº 158/02	<i>Modifica o parágrafo ao art. 2º da Lei nº 4771/65, estabelece critérios para que os municípios delimitem e determinem suas áreas de preservação permanente e os parâmetros para uso e ocupação do solo urbano</i>	8/12/09 – Apensado ao PLS 158/02	Favorável
PLS nº 139/09 Autor: Sen. Sérgio Zambiasi	<i>Autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Nacional de Proteção dos Recursos Hídricos</i>	30/4/09 – CI, designada relatora Sen. Serys Slhessarenko.	Acompanhar
PLS nº 154/09 Autor:	<i>Autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo de Reutilização de Água – FUNREÁGUA</i>	22/4/10 – CAE, incluída na pauta da reunião.	Acompanhar
PLS nº 183/09 Autor: Comissão Assuntos Econômicos	<i>Altera a Lei nº 6766/79, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para regulamentar a implantação de equipamentos urbanos.</i>	9/12/09 – CMA, designado para relator o Sen. Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	Acompanhar
PLS nº 262/09 Autor: Expedito Júnior	<i>Altera a alínea b do inciso II do caput do art. 39 da Lei nº 11248/06.</i>	8/7/09 – CCJ, matéria com o relatora Sen. Kátia Abreu	Acompanhar
PLS nº 483/09 Autor: Sen. Gilberto Goellner	<i>Da nova redação ao caput e ao §2º do art. 36 da Lei nº 9.985/00, que dispõe sobre o SNUC para permitir a compensação ambiental por ela instituída possa ser destinada a pagamento de serviços ambientais prestado por proprietários rurais.</i>	2/3/10 – CDR, matéria com a relatora Sen. Lúcia Vania (PSDB/GO)	Favorável.
PLS nº 458/2009 Autor: Sen. Gilberto Goellner	<i>Altera a Lei nº 5.889 de 8 de junho de 1973, que estatui normas reguladoras do trabalho rural, visando a sua adequação e modernização</i>	3/3/10 – CRA, após audiência pública aguarda-se o parecer do relator Sen. Raimundo Colombo (DEM/SC)	
PLS nº 65/2010 Autor: Sen. Renato Casagrande	<i>Altera as Leis nº 6.766/79, que dispõe sobre o parcelamento urbano; Lei nº 9433/97, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos.</i>	25/3/10 – CI, aguardando a designação do relator	
PLS nº 87/2010 Autor: Sen. Eduardo Azeredo	<i>Dispõe sobre a contratação de serviços de terceiros e dá outras providências.</i>	15/4/10 – CCJ, aguardando o parecer da relatora Sen. Kátia Abreu	

PROPOSTA EMENDA	EMENTA	ANDAMENTO	AÇÃO
PEC nº 231/95 Autor: Dep. Inácio Arruda Apense-se a PEC nº 271/95 e PEC nº 383/01	<i>Reduz a jornada máxima de trabalho para quarenta horas semanais e aumenta para setenta e cinco por cento a remuneração de serviço extraordinário. Altera Constituição Federal de 1988.</i>	30/6/09 – Comissão Especial, aprovado o Parecer, por unanimidade. Aguarda para ser votado em plenário.	
PEC nº 215/00 Autor: Dep. Almir Sá Apense-se a PEC nº 291/08	<i>Inclui dentre as competências exclusivas do Congresso Nacional a aprovação de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas com índios e a ratificação das demarcações já homologadas; estabelecendo que os critérios e procedimentos de demarcação serão regulamentadas por Lei.</i>	17/12/09 – CCJC, Parecer do Relator Dep. Geraldo Pudim (PMDB/RJ), pela admissibilidade desta, com emenda, da PEC 156/2003, da PEC 257/2004, da PEC 275/2004, PEC 319/2004, da PEC 37/2007, da PEC 161/2007, da PEC 411/2009, da PEC 415/2009, da PEC 291/2008, apensados	
PEC nº 161/07 Autor: Dep. Celso Maldaner Apense-se a PEC nº 291/08	<i>Estabelece que as criações de espaços territoriais a serem especialmente protegidos a demarcação de terras indígenas e o reconhecimento das áreas remanescentes das comunidades dos quilombos deverão ser feitos por lei.</i>	14/11/09 – CE, matéria encontra-se com o relator Sen. Inácio Arruda.	
PEC nº 23/08 Autor: Sen. Paulo Paim	<i>Altera os arts 52 e 243 da CF para dispor sobre aprovação do Senado Federal nas operações de compra e arrendamento nas terras rurais localizadas na Amazônia Legal, e dá outras providências.</i>	11/11/09 - CCJ, pronto para ser votado	
PEC nº 31/08 Autor: Sen. Expedito Júnior	<i>Estabelece a possibilidade de instituição de cadastro de imóveis rurais por parte da União, Estados, Distrito Federal e Municípios; mantém a exigência de regularidade cadastral par fins de alinação de imóvel rural; transfere a competência para instituição e arrecadação do imposto territorial rural para os Estados e o Distrito Federal; estabelece a possibilidade de legislação estadual ou distrital condicionar a alienação do imóvel rural à apresentação de certidão de débito desse tributo.</i>	28/10/09 – CCJ, matéria com a relatora Sen. Kátia Abreu.	
PEC nº 224/08 Autor: Dep. Mendes Thame	<i>Expropria glebas de terras de propriedades e áreas situadas na Amazônia Legal, que desrespeitam a obrigação de reserva legal de floresta nativa, e estabelece o confisco de equipamentos, veículos e outros, utilizados para a prática de ilícito ambiental</i>	11/06/08 – CCJC, suspensa a discussão em virtude do início da ordem do dia. O relator Dep. Maurício Quintella Lessa é pela admissibilidade.	
PEC nº 235/08 Autor: Dep. Mendes Ribeiro Filho	<i>Dá nova redação ao § 2º da CF, para dispor a alteração da faixa de fronteira. Reduz de 150 para 50 quilômetros a largura da faixa de fronteira.</i>	19/06/08 – CCJC, parecer do relator Dep. José Genoíno pela admissibilidade	
PEC nº 237/08 Autor: Dep. Pedro Wilson A Apensado PEC nº 424/09	<i>Modifica o §4º do art. 225 da Constituição Federal, incluindo o Pampa na lista dos Biomas considerados patrimônio nacional.</i>	13/11/09 – CCJC, devolvido para o relator Dep. Valtenir Pereira	
PEC nº 291/08 Autor: Dep Ermandes Amorim Apensada a PEC nº 161/07	<i>Altera o inciso III do § 1º do art. 225 da Constituição federal. Determina que as unidades de conservação sejam criadas por lei federal.</i>	Apensada a PEC nº 161/07	
PEC nº 05/09 Autor: Sen. Paulo Paim	<i>Modifica o parágrafo 4º do art.225º da Constituição Federal, alterando a lista dos Biomas Brasileiros.</i>	14/4/09 – CCJ, distribuído para a Sen. Marina Silva.	
PEC nº 353/09 Autor: Dep. Roberto Rocha	<i>Estabelece diretriz geral para a Reforma Tributária Ambiental. Altera a Constituição federal 1988.</i>	17/09/09 – CCJC, parecer do relator Dep. Marcelo Ortiz, pela admissibilidade	